

*Inovação e Sustentabilidade sob a Ótica da
Economia Ecológica.* VITÓRIA/ES, 17 A 21 DE SETEMBRO DE 2013.
Hotel Vitória Grand Hall

**X ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ECONOMIA ECOLÓGICA**



X ENCONTRO DA ECOECO

Setembro de 2013

Vitória - ES - Brasil

**A DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL DE VALOR: MEIO AMBIENTE E IDENTIDADE
SÓCIO-CULTURAL**

Roberta Fernanda da Paz de Souza Paiva (UFF) - robertapaz2003@yahoo.com.br
Professor Adjunto

Ademar Ribeiro Romeiro (UNICAMP) - arromeiro@gmail.com

A Dimensão Sócio-Cultural de Valor: Meio Ambiente e Identidade Sócio-Cultural

Resumo: A dimensão sócio-cultural de valor atribuído aos recursos naturais está associada aos bens e serviços intangíveis fornecidos pelos ecossistemas através do enriquecimento espiritual, do desenvolvimento cognitivo, da reflexão, da recreação e das experiências estéticas, sendo imprescindível sua inclusão nas análises custo-benefício que embasam a gestão ambiental. Para tanto, devem ser adotados métodos capazes de captá-la, permitindo sua tradução em termos passíveis de inclusão nas referidas análises. Este trabalho teve como objetivo discutir a captação da parcela de valor sócio-cultural associada aos ecossistemas e seus componentes, partindo da apresentação de alguns dos aspectos conceituais acerca da Economia Ecológica e da dimensão de valor sócio-cultural. Buscou-se ainda apresentar métodos alternativos capazes de estimá-la. Dadas as características de tais bens e serviços ecossistêmicos concluiu-se que, embora em alguns casos seja indicada a aplicação de métodos de valoração baseados nas preferências individuais – como o Método dos Custos de Viagem, na maioria deles a captação da referida parcela de valor deveria estar apoiada nas preferências coletivas. A operacionalização desses métodos consiste basicamente em propiciar a discussão aberta entre um pequeno grupo de cidadãos (que representariam a sociedade) que deliberariam sobre o valor social dos bens públicos, levando à captação de suas preferências e permitindo sua inclusão nos processos decisórios. Como alternativas são apresentados os métodos Júri de Cidadãos (citizen's juries), a Conferência do Consenso (Consensus Conference) e a Valoração Contingente Deliberativa (CV deliberative). A aplicação desses, apesar das suas limitações e dificuldades encontradas na execução, produz resultados que conseguem expressar a importância/valor dados pelo indivíduo à identidade ou bem-estar gerado pelo recurso ambiental enquanto membro de um grupo, de um povo, de uma sociedade e não apenas ao indivíduo de maneira isolada.

Palavras-Chave: Economia Ecológica, Valoração ambiental, Democracia Deliberativa

Abstract: The socio-cultural dimension of value attributed to natural resources is associated with the intangible goods and services provided by ecosystems by means of spiritual enrichment, cognitive development, reflection and aesthetic experiences, their inclusion being indispensable in cost-benefit analyzes that underpin environmental management. For such, methods able to captivate it should be adopted, allowing its translation in terms liable for inclusion in these analyzes. This work had as objective to discuss the acquisition of the share of socio-cultural value associated to ecosystems and their components, starting from the presentation of

some of the conceptual issues about the Ecological Economics and from the dimension of socio-cultural value. One still intended to present alternative methods able to esteem it. Given the characteristics of such ecosystemic goods and services, one concluded that, although in some cases the application of methods of valuation based on individual preferences is indicated - such as the Method of Travel Costs - in most of them the captivation of the referred value share should be supported on collective preferences. The operationalisation of these methods consists, basically, in providing the open discussion among a small group of citizens (which would represent the society) who would deliberate on the social value of public goods, leading to the acquisition of their preferences and allowing their inclusion in the decision-making processes. As an example, the methods Jury of Citizens (citizen's juries), the Conference of Consensus (Consensus Conference) and the Contingent Deliberative Valuation (CD Valuation) can be cited. In spite of the limitations and difficulties encountered in these ones application, it produces results that can express the importance\value given by the individual to the identity or well-being generated by environmental resource as a member of a group, of a people, of a society and not just to the individual in an isolated manner.

Key-words: Ecological Economics, Environmental Valuation, Deliberative Democracy

1. Introdução

Atualmente muito se discute a respeito da adoção de políticas que tenham como objetivo a preservação ambiental através do enfoque da alocação eficiente dos recursos naturais. Para os estudiosos da Economia Ecológica¹, a alocação eficiente é apenas parte de um conjunto de três objetivos que devem ser atendidos na gestão dos ativos ambientais, sendo a equidade na utilização e a escala sustentável de utilização os outros pilares a nortear a adoção de políticas de preservação.

¹ Ver, entre outros, DALY, H. e FARLEY, J. Ecological Economics: Principles and applications. Island Press: Washington. 2003.

Por escala sustentável, entende-se a quantidade de recursos naturais a ser usada de maneira a preservar o recurso e evitar perdas irreversíveis, levando-se em conta gerações presente e futuras. Esse conceito se torna importante a partir do momento em que se considera a existência de limites ao ecossistema e, em consequência, ao sistema econômico.

Ao se determinar a escala sustentável de utilização dos ativos naturais passa-se ao momento da definição da distribuição desses recursos, ou da distribuição equitativa ou justa dos mesmos e, por fim, a determinação da alocação eficiente dos mesmos, o que inverte então, a “lógica de decisão da Economia Ambiental”², que parte da definição da alocação eficiente para gerir recursos naturais.

A determinação seja da escala, da distribuição justa e da alocação eficiente depende da adoção de instrumentos que consigam “traduzir” em termos/parâmetros comparáveis a importância do recurso avaliado para a sociedade. O valor monetário acaba sendo o parâmetro utilizado para determinar o valor dos recursos avaliados.

Atribuir valor àquilo que, aparentemente, não possui valor monetário não é uma tarefa fácil, mas um exercício que demanda conhecimento teórico em diversas áreas, informação (e nisso há de se transpor uma grande barreira!), além da interação entre indivíduos realmente envolvidos no processo de valorar.

Captar valores associados aos recursos naturais requer que o agente responsável pela atribuição do valor entenda a real importância do recurso, ou seja, devem-se conhecer quais são os serviços por ele prestados, ou as dimensões do valor a ele associadas. E isso não é fácil, já que os ecossistemas prestam serviços associados a outros serviços, que trazem benefícios diretos e indiretos aos indivíduos e a outras espécies, tornando complexo o entendimento de suas relações. Além disso, certamente existem associações não conhecidas e que, por consequência, são subavaliadas.

² ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica.** *Estud. av.* [online]. 2012, vol.26, n.74, pp. 65-92.

Segundo a Economia Ecológica, são três as dimensões de valor associadas aos recursos naturais: a dimensão econômica, a ecológica e a sócio-cultural. A captação das parcelas de valor associadas às diferentes dimensões nem sempre permite que o valor seja traduzido em termos monetários, o que vai depender da natureza do serviço ecossistêmico prestado pelo recurso em questão.

O conhecimento científico, a disponibilidade de informações acerca do recurso e a existência de métodos adequados para que, quando aplicados, forneçam dados capazes de inserir os recursos nos processos decisórios e na adoção de políticas públicas, devem constituir as bases para a gestão ambiental eficiente.

Neste texto será discutida a captação da parcela de valor associada ao valor sócio-cultural dos ecossistemas e de seus componentes. Serão apresentados alguns aspectos conceituais acerca da dimensão de valor sócio-cultural, além de se apresentar alguns métodos capazes de estimá-lo.

2. O valor dos recursos naturais e sua captação

A realização de estudos que tenham como objetivo a captação do valor dos recursos naturais deve ser feita com critério para que o recurso não tenha seu valor subestimado. A definição das bases de preferência sobre as quais os métodos estão fundamentados é de extrema importância.

Os métodos de valoração estão, em geral, apoiados sobre três bases: as preferências individuais, as preferências coletivas ou públicas e os sistemas e processos físicos. Os métodos que se baseiam nas preferências individuais partem do pressuposto que, a partir da observação das escolhas dos indivíduos perante o mercado –seja real ou hipotético –, pode-se captar o valor dos ecossistemas, seus componentes e serviços a ele associados.

Nesse caso, em se tratando de mercado hipotéticos, tem-se que o indivíduo, a partir da sua função de utilidade para determinado recurso e do nível de bem-estar alcançado através da utilização (direta ou indireta) do recurso avaliado, declara sua disposição a pagar ou a aceitar pela preservação do recurso avaliado. No caso de

métodos que se baseiam no comportamento do indivíduo perante mercados reais, os preços de mercado para determinados bens e serviços vão ser considerados como *proxys* para os preços dos ativos naturais.

Os métodos baseados nas preferências coletivas são aqueles que permitem a captação de uma parcela importante do valor ambiental (valor sócio-cultural) a partir da discussão de grupos de indivíduos. Os resultados obtidos a partir da discussão do grupo estariam associados à distribuição justa dos recursos naturais.

Por último, têm-se os métodos baseados nos sistemas e processos físicos. A obtenção de valores a partir da análise dos processos naturais tenderia a considerar a importância dos recursos naturais e ecossistemas em detrimento das questões apenas econômicas, estando, portanto, associados ao objetivo da escala sustentável de utilização. Os métodos aplicados, nesse caso, deveriam ser baseados nas leis da termodinâmica, na capacidade de carga ecológica, na diversidade das espécies, espécies-chave, resiliência dos ecossistemas, integridade ecossistêmica, etc, desconsiderando-se as preferências (Pearce, 1990).

A elaboração de estudos de valoração econômica deveria, então, cumprir algumas etapas para que fossem alcançados resultados mais completos. A partir da determinação do ecossistema a ser avaliado e antes da seleção dos métodos de valoração a serem aplicados, deve ser feita uma avaliação ecossistêmica, com vistas a delimitar os ecossistemas e/ou estruturas a serem avaliadas. O quadro 1 apresenta, de maneira resumida, as etapas a serem seguidas.

Quadro 1 – Etapas para elaboração de um estudo de valoração econômica ambiental

| Etapas | Exemplo |
|---|---|
| 1. Determinar o recurso objeto do estudo de valoração | Recurso = Rio |
| 2. Realizar avaliação ecossistêmica do mesmo para listar os bens e serviços por ele prestados e a ele associados para a realização de um estudo mais completo | Demanda a existência de conhecimento multidisciplinar, já que os bens e serviços podem servir para uso econômico (ex.: provisionamento de água para a pesca, processos agrícolas e industriais), estar associado à manutenção do ecossistema (ex.: regulação da água) e aos serviços culturais (ex.: recreação) |
| 3. Selecionar aqueles que serão avaliados e os que ficarão de fora da valoração | |
| 4. Identificar quais as dimensões do valor estão associadas a cada função ou serviço selecionados | A dimensão econômica, ecológica e/ou sócio-cultural |
| 5. A partir da análise dos métodos de valoração existentes, selecionar o que melhor poderá captar cada parcela de valor | A escolha da metodologia adequada depende da dimensão de valor a ser captada e a base na qual o método se apóia, sejam as preferências individuais, preferências coletivas e as não-preferências (baseados nas ciências naturais, energia, entre outros). |

| | |
|--|---|
| | <p>Provisionamento de água para pesca =</p> <p>Dimensão econômica do valor =</p> <p>Métodos baseados nas preferências individuais) = Método dos gastos defensivos, Método dos custos evitados, etc.</p> <p>Recreação = Métodos baseados nas preferências individuais (Método dos Custos de Viagem) e/ou Métodos baseados nas preferências coletivas (citizens' juries, consensus conferences, etc).</p> |
|--|---|

A execução de um estudo de valoração que tenha como início uma avaliação ecossistêmica permite que sejam obtidos resultados que contemplem as diversas dimensões de valor, tornando-os mais adequados enquanto ferramentas de gestão ambiental. Vale ressaltar, que se trata de um estudo multidisciplinar, demandando profissionais de diversas áreas envolvidos na proposta de valorar.

3. Dimensão do valor sócio-cultural dos recursos naturais

A captação da parcela da dimensão sócio-cultural do valor parte inicialmente (segundo esquema apresentado na seção anterior) da determinação dos bens e serviços culturais associados aos ecossistemas e seus componentes.

Por culturais, entendem-se aqueles bens e serviços intangíveis, obtidos dos ecossistemas através do enriquecimento espiritual, do desenvolvimento cognitivo, da reflexão, da recreação e das experiências estéticas. Eles constituem e influenciam a

cultura, os valores (espirituais e religiosos, estéticos, de herança cultural), a recreação, o ecoturismo, entre outros (Acalmo et. al., 2003).

O valor associado à dimensão sócio-cultural será, portanto, aquele associado pelos indivíduos aos bens e serviços descritos anteriormente (Andrade e Romeiro, 2009).

Como pode ser observado, todos esses serviços têm influência (seja direta o indireta) sobre o indivíduo, entretanto, alguns deles se caracterizam por influenciar o indivíduo enquanto membro de uma comunidade, e não apenas de maneira privada, e isso é um fator determinante para a seleção do método mais adequado para captar tal valor.

Bens e serviços que prestam bem-estar ao indivíduo, de maneira privada, podem ser valorados a partir da aplicação de métodos que têm como base as preferências individuais. A recreação e o ecoturismo, por exemplo, são serviços prestados que trazem benefícios privados ao indivíduo, podendo ser valorados através da aplicação de métodos que se baseiam na preferência individual, como o Método dos Custos de Viagem.

Já outros serviços como a herança cultural e valores espirituais e religiosos devem ter seu valor captado a partir da aplicação de métodos que estejam baseados nas preferências públicas ou preferências da comunidade. Isso se deve ao fato dos mesmos estarem associados à identidade ou bem-estar gerado ao indivíduo enquanto membro de um grupo, de um povo, de uma sociedade e não apenas ao indivíduo de maneira isolada.

Assim, o valor deveria ser determinado através da preferência do grupo, da sociedade como um todo. Entretanto, não se trata da necessidade de se agregar as preferências dos indivíduos, mas de se estabelecerem meios que permitam a discussão entre indivíduos para que se tenha como resultado o valor determinado pelo grupo (Farber et. al., 2002).

Sendo esses bens e serviços associados a valores importantes para determinados grupos, vale destacar que o valor atribuído aos recursos, pelos

diferentes grupos/sociedades podem diferir muito em decorrência da importância que cada grupo dá ao serviço prestado.

As florestas, por exemplo, podem ser, para um grupo de indivíduos, apenas fonte de recursos naturais que podem ser transformados em bens que possam ser comercializados para a obtenção de lucro. Já para grupos como as comunidades indígenas ou os povos nativos, podem significar sua identidade, sua cultura, seu modo de viver. Nesses casos, a determinação da metodologia aplicada para valorar deve considerar tais diferenças, agregando as impressões dos indivíduos que permitam a captação do valor associado às suas diferentes dimensões.

4. Métodos de valoração sócio-cultural

Os métodos mais adequados para captar a dimensão sócio-cultural do valor são aqueles baseados nas preferências da comunidade. A captação dessas preferências ocorreria através da discussão aberta entre um pequeno grupo de cidadãos (que representariam a sociedade) que deliberariam sobre o valor social dos bens públicos, sendo os resultados utilizados, entre outros fins, como subsídio à adoção de políticas públicas voltadas à gestão dos recursos naturais. A adoção do discurso aberto ocorre para que os cidadãos, através da atuação conjunta com outros, possam juntar uma imagem mais completa do verdadeiro valor social dos bens e serviços ecossistêmicos – função corretiva (diferente do que ocorre nos estudos que se baseiam na preferência individual) (Farber et al., 2002)

Outro ponto importante a ser destacado se refere à idéia de que a discussão em grupo pode mudar valores individuais, fazendo com que as preferências individuais deixem de ser fixas, o que resolveria um dos problemas de se basear em métodos que consideram as preferências fixas para a determinação do valor (Buchanan, 1954).

Além disso, se as preferências individuais mudam (em resposta à educação, à propaganda, à pressão visual, etc.) o valor não pode se originar completamente dessas preferências, devendo-se abandonar a chamada “soberania do consumidor” (Costanza, 2000).

Os referidos métodos estão fundamentados na democracia deliberativa. Nos modelos de democracia deliberativa, os cidadãos se engajariam em deliberação não para que cada um possa determinar ou refinar seus interesses próprios, mas para que juntos possam descobrir valores que não são simplesmente uma função de suas utilidades individuais. Os indivíduos deveriam, então, participar do processo não como informantes de suas utilidades pessoais, mas como cidadãos-júris que estimam valores ambientais com base em argumentos e evidências (Sagof, 1998).

Dentre os métodos baseados nas preferências coletivas estão o Júri de Cidadãos (citizen's juries), a Conferência do Consenso (Consensus Conference) e a Valoração Contingente Deliberativa (CV deliberative). Apesar de diferenças na operacionalização, os mesmos se propõem captar as preferências da comunidade, contribuindo para que se alcance o objetivo de equidade na distribuição dos recursos naturais, conforme proposto pela Economia Ecológica.

a. Júri de Cidadãos

O Júri de Cidadãos é um método que busca envolver os cidadãos na discussão e resolução de questões associadas ao desenvolvimento de políticas públicas relacionadas aos bens públicos. Um grupo de indivíduos é formado através de seleção aleatória e delibera, a partir de seções em que ouvem e interrogam testemunhas que possuem conhecimento acerca do problema avaliado, tendo como resultado um consenso ou algumas propostas (mesmo que não consensuais) para a resolução do mesmo.

As etapas de execução do método devem ser seguidas de maneira cuidadosa para que os resultados obtidos tenham credibilidade e não sejam “produzidos tendenciosamente” de maneira a atender aos interesses de determinados grupos. O quadro 2 apresenta resumidamente algumas dessas etapas.

Quadro 2. Etapas da implantação do método Júri de Cidadãos

| | |
|--|--|
| 1. Assegurar financiamento | Receber financiamento de fontes alternativas e que não tenham interesse no mesmo resultado, evitando-se que se tenha a visão de que os organizadores possam estar trabalhando de maneira tendenciosa na organização do estudo. |
| 2. Nomear um painel de supervisão | Selecionar um grupo de indivíduos de grupos interessados, com conhecimento relevante sobre o tema e que possam algum interesse no resultado obtido para que possam supervisionar o processo, garantir que ele é justo e intervir caso haja algum problema em sua execução. |
| 3.Determinar cuidadosamente a(s) questão(ões)- chave | A forma de formular a questão pode influenciar a forma de pensar e as respostas do júri. O painel de supervisão pode examinar a questão a ser apresentada ao júri. |
| 4. Selecionar o júri | Selecionar aleatoriamente um grupo de 12-20 pessoas para representar a população total. Deve existir a preocupação de que os diversos grupos de interesse sejam representados. |
| 5. Planejar as audiências do júri | Geralmente se reúnem de 30 -50 horas. |
| 6. Equacionar o tempo | Calcular proporcionalmente o tempo para depoimentos das testemunhas e o tempo para interrogatório das testemunhas por parte do jurados. |
| 7. Selecionar facilitadores sensíveis e competentes | Devem otimizar e garantir a equidade do processo deliberativo. |
| 8. Propiciar a discussão e a elaboração do relatório | Os jurados devem ouvir e cruzar as informações dadas pelas testemunhas e podem, caso necessário, solicitar testemunhas sobre temas específicos. O resultado |

| | |
|---|--|
| | obtido não necessariamente precisa ser consensual, podendo ser votadas diferentes respostas inclusive as formuladas pelo próprio júri. |
| 9. Entregar as recomendações para os tomadores de decisão | Entregar um resumo produzido coletivamente das conclusões e, se possível, convocar uma conferência com a imprensa. |
| 10. Garantir a transparência | Disponibilizar o áudio completo ou gravações de vídeos das audiências do júri. |
| 11. Monitoramento | Monitorar para garantir aos jurados que algumas das conclusões serão implementadas. |

Fonte: IIED (2012)

Algumas vantagens da aplicação desse método se referem à possibilidade de captar opiniões públicas expressas a partir da deliberação embasada em informações, além de possibilitar, a partir do resultado, estender a discussão para a sociedade.

Como principais desvantagens, tem-se a dificuldade em formar um grupo que possa ser representativo de todos os grupos de interesse. Outra questão importante se trata de como os gestores deveriam agir no caso de rejeitarem as recomendações do júri.

b. Conferência do Consenso

Constitui na formação de um painel de cidadãos que se reúnem para deliberar sobre o tema proposto, que geralmente é controverso ou complexo. Pretende-se, a partir da discussão entre os indivíduos do grupo e com os especialistas convidados, chegar a um consenso quanto ao problema avaliado. A troca de informações e de idéias entre os envolvidos é de extrema importância para que o grupo possa alcançar um consenso que atenda realmente às necessidades da sociedade que representa.

O objetivo de tal método é o de preencher a lacuna existente entre o público em geral, os especialistas e os políticos, que raramente têm a oportunidade de se encontrar (Grundahl, 1995).

O processo consiste na seleção de indivíduos dispostos a participar, na preparação desses cidadãos através do estudo de material fornecido pelos organizadores e de esclarecimentos dados por especialistas convidados. Como produto, tem-se um relatório no qual se apresenta o consenso alcançado pelo grupo, contendo as conclusões dos mesmos acerca da problemática avaliada. Os passos para elaboração estão apresentados de maneira resumida no quadro 3³.

Quadro 3. Etapas da implantação do método Conferência do Consenso

| | |
|------------------------------------|--|
| 1. Recrutamento de cidadãos | Os cidadãos são recrutados aleatoriamente e devem enviar uma carta justificando a intenção de participar do processo |
| 2. Seleção dos participantes | A partir das respostas são selecionados de 10-30 indivíduos sem conhecimento prévio das questões envolvidas e sem envolvimento partidários |
| 3. Informação e discussão do grupo | O grupo realiza uma série de discussões (em dias diferentes) a partir da apresentação de informações sobre a problemática avaliada apresentadas pelo comitê gestor, formula questões a serem respondidas pelos especialistas e faz a |

³ A operacionalização completa do método está disponível em Grundahl, F. The Danish Consensus Conference model. Grundahl, F. The Danish Consensus Conference model. In: Joss, S.; Durant, J. Public Participation in Science: The role of Consensus Conferences. London, UK, Science Museum: 31-40, 1995.

| | |
|--|---|
| | seleção dos mesmos. |
| 4. Realização do painel | Um fórum aberto ao público é anunciado atraindo mídia, legisladores e cidadãos interessados. Os especialistas apresentam suas respostas às questões colocadas pelos membros do grupo. |
| 5. Discussão pelos membros e elaboração do relatório | Os membros passam a discutir o que ouviram dos especialistas e a partir daí elaboram um relatório com suas opiniões devidamente fundamentadas. |
| 6. Apresentação dos resultados | O relatório é apresentado aos interessados em uma coletiva de imprensa, podendo embasar a discussão pública sobre o referido tema, além de ser utilizado como base para elaboração de políticas públicas. |

Fonte: IIED, 2012⁴.

Como se pode perceber, os resultados obtidos podem servir como base para a adoção de políticas e também, o que é muito importante, voltar a atenção da sociedade para o tema discutido, levando opiniões sobre o assunto. Isso fortalece o processo democrático e estimula a participação dos cidadãos na gestão dos recursos públicos.

A capacidade de sensibilização do público, a maior confiança atribuída ao método devido a transparência e a abertura do processo e o maior controle sobre o assunto e as testemunhas são algumas vantagens atribuídas ao método. Em contrapartida, os custos elevados (apesar de se considerar que são mais baratos que a

⁴ International Institute for Environment and development, Citizens' Jury . Disponível em <http://www.peopleandparticipation.net/display/Methods/Citizens+Jury>. Acesso em maio de 2012.

apresentação do tema através da mídia) e a não representação das minorias nos pequenos grupos de análise são os pontos fracos atribuídos ao método.

c. Valoração Contingente Deliberativa

De maneira semelhante ao tradicional Método de Valoração Contingente (MVC)⁵, o método da Valoração Contingente Deliberativa consiste na captação de valor para os ecossistemas a partir da criação de cenários hipotéticos e seleção de veículo de pagamento que será oferecido ao indivíduo para que manifeste a disposição ou não a contribuir.

Entretanto, de maneira diferente do MVC, a variação deliberativa propõe que, ao invés da captação das preferências individuais, explicitadas quando se faz a pergunta privada de “quanto o cidadão estaria disposto a pagar ...?”, passaria-se à discussão em grupo, após a apresentação da problemática objeto da valoração, buscando-se um consenso acerca do valor do recurso avaliado (Farber et. al, 2002).

Os indivíduos seriam reunidos em grupos, receberiam informações acerca do recurso avaliado e seriam incentivados a discutir e deliberar sua disposição a pagar por uma escolha de política pública. Essa abordagem discursiva e deliberativa pode resultar na captação do valor monetário para o recurso avaliado, da mesma maneira que o MVC, entretanto, pode ser mais confiável pelo fato do indivíduo poder, através das discussões e informações recebidas rever suas preferências e tomar decisões que envolvam benefícios para toda a sociedade, e não apenas benefícios próprios (Sagoff, 1998).

O problema das preferências fixas, conforme já citado anteriormente, seria resolvido, já que as mesmas poderiam variar a partir da discussão e da educação.

Assim, as opiniões do grupo serão levadas em conta e maior número de interesses serão atendidos, contribuindo para maior equidade na gestão dos recursos naturais.

5. Considerações Finais

Mesmo que não sejam captados valores monetários, o processo de valoração permite a captação da importância dada pela sociedade aos ecossistemas e seus componentes, contribuindo para a gestão dos mesmos.

Há de se considerar, entretanto, que apesar do conhecimento adquirido através das informações prestadas pelos comitês gestores dos debates e das discussões em grupo e com especialistas, que os cidadãos terão ainda um nível incompleto de informação, já que nem todos os ecossistemas e bens e serviços associados àquele avaliado estarão totalmente descritos, além do fato de que a racionalidade desses indivíduos pode ser considerada limitada para entender e deliberar sobre todas as questões envolvidas.

Além disso, o planejamento das atividades incluídas na metodologia selecionada deve ser feito de maneira criteriosa, para que não ocorram vieses encontrados também nos resultados obtidos através da aplicação dos métodos tradicionais de valoração (aqueles baseados na preferência individual). A seleção de cidadãos que não façam parte de grupos de interesses nos resultados do estudo e a participação de indivíduos que representem diversos grupos é de suma importância para que sejam evitados resultados que tendam para os interesses de alguns grupos.

Ainda se encontram dificuldades na aplicação dos métodos apresentados, mas é inegável que sua aplicação representa um grande avanço na captação do valor sócio-cultural, quando comparados aos métodos baseados nas preferências individuais.

6. Referências Bibliográficas

ACALMO, J. et. al. Ecosystems and Human Well-Being: a framework for assessment. Washington: Island Press, 2003.

ANDRADE, D.C.; ROMEIRO, A.R. Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano. Texto para discussão. Instituto de Economia/UNICAMP, n. 155, fev. 2009.

BUCHANAN J. M. Social choice, democracy, and free markets. *J Polit Econ* 62. p. 114–123, 1954.

COSTANZA, R. Social Goals and the Valuation of Ecosystem Services. *Ecosystems* 3, 4-10, 2000.

FARBER, S.; COSTANZA, R.; WILSON, M. Economic and Ecological Concepts for Valuing Ecosystem Services, *Ecological Economics*, vol. 41, pp. 375-392, 2002.

GRUNDAHL, F. The Danish Consensus Conference model. In: Joss, S.; Durant, J. *Public Participation in Science: The role of Consensus Conferences*. London, UK, Science Museum: 31-40, 1995.

PEARCE, D. W.; TURNER, R.K. *Economics of natural resources and environment*. Londres: Harvester Wheashealf, 1990.

SAGOFF, M. Aggregation and Deliberation in Valuing Environmental Public Goods: A Look Beyond Contingent Valuation. *Ecological Economics*, 24, 1998.